

## Balanço crítico e perspectivas atuais da Floresta Edmundo Navarro de Andrade após 45 anos do tombamento da paisagem

Gabriel Ribeiro Castellano<sup>1</sup>  
Stephanie Marucci de Souza<sup>2</sup>  
Adriano Ricardo Mergulhão<sup>3</sup>

**Resumo:** Considerada como parte do processo de modernização da agricultura nacional da Primeira República (1889-1930), decorrente do desenvolvimento e implantação do registro técnico-científico da silvicultura subtropical, a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA (Horto Florestal de Rio Claro) possui em seu acervo incalculável valor científico, resultante de pesquisas desenvolvidas sobre o eucalipto. Representa significativo patrimônio da arquitetura rural paulista e industrial-ferroviário. Nesse estudo, avaliamos a experiência de conservação deste Horto, cuja paisagem foi pioneiramente tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural paulista. Realizaram-se levantamentos bibliográficos acerca dos aspectos arquitetônicos, ambientais, culturais, históricos, políticos e sociais, assim como estudos de campo que fundamentaram as informações comprobatórias para a caracterização atual do patrimônio. Foi constatado o papel pioneiro do Horto na preservação das paisagens paulistas, caracterizando sua expressividade, raridade, estética singular e interesse turístico, sendo exemplo de atividades antrópicas que definiram o espaço territorial e a estrutura social local.

**Palavras-chave:** FEENA, Horto de Rio Claro, tombamento, paisagem, CONDEPHAAT, patrimônio

## Critical balance and current perspectives of Edmundo Navarro de Andrade Forest after 43 years of tumbled landscape

**Abstract:** Edmundo Navarro de Andrade State Forest - FEENA (Rio Claro Experimental Station) is considered as part of the Brazilian agriculture modernization process of the First Republic, due to development and implementation of a technical-scientific subtropical forest record. It has an incalculable scientific value, represented by decades of eucalyptus' research. Express a significant heritage of São Paulo rural architecture and the rail road industry. In this study we evaluated FEENA's conservation experience, whose landscape was pioneered tumbled by CONDEPHAAT, responsible to care about São Paulo's cultural heritage. Bibliographic surveys about the architectural, environmental, cultural, historical, political and social aspects, as well as field studies to support information for the current characterization were carried out. Its pioneering role in the preservation of São Paulo's landscapes was recognized, expressed by the its rarity, unique aesthetics and tourist interest. The Forest is an example of anthropic activities which defined territorial space and local social structure.

**Keywords:** FEENA, Rio Claro Experimental Station, landscape, tumbled, CONDEPHAAT

---

<sup>1</sup> Mestre em Geociências e Meio Ambiente pelo IGCE (Instituto de Geociências e Ciências Exatas), da UNESP (Universidade Estadual Paulista; e-mail grcastellano@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharelado e Licenciado em Ciências Biológicas pela UNESP de Rio Claro, Professora no colégio ACEI, Ilhabela; e-mail: teka.marucci@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); e-mail: adrianomergulhao@yahoo.com.br

---

Submetido em 30.08.2019; aprovado em 22.02.2021

## 1. Introdução

Considerada o “berço da silvicultura” brasileira, local onde foram desenvolvidos os primeiros estudos científicos sobre aclimação de essências florestais no Brasil, a Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” - FEENA, antigo Horto Florestal de Rio Claro, está localizada no estado de São Paulo. Possui, em seu acervo, incalculável valor científico resultante de pesquisas desenvolvidas ininterruptamente durante 70 anos. Representa, também, significativo patrimônio arquitetônico e industrial ferroviário, tendo sido por décadas a sede do Serviço Florestal – SF da então Companhia Paulista de Estradas de Ferro - CPEF.

O início das pesquisas sobre aclimação de essências florestais ocorreu devido à escassez de madeira ocasionada pela expansão do cultivo do café e do consequente aumento das linhas férreas. Assim, a CPEF iniciou um trabalho a fim de garantir estoques de lenha para o abastecimento das locomotivas e de toras, visando a construção de dormentes. Na época, todo o carvão mineral era de origem inglesa, encarecendo o processo, o que impulsionou a exploração das finitas reservas nativas de madeira (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

O engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade regressou ao Brasil em 1903, após formatura pela Escola Nacional de Agricultura em Coimbra, Portugal, e foi convidado para assumir o cargo de Diretor do Horto de Jundiaí pelo Presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, conselheiro Antônio Prado. Iniciou, em 1904, estudos comparativos para o desenvolvimento de espécies nativas e exóticas de valor econômico. Após pesquisas comparativas, conseguiu encontrar o tipo de madeira ideal, com rápido crescimento e boa qualidade para utilização do carvão e construção de dormentes - o eucalipto (ANDRADE, 1961).

Após escolha da espécie adequada, a CPEF adquiriu novas terras para iniciar o cultivo de larga escala das espécies exóticas. Aproveitando a queda do preço da terra devido à crise do cultivo do café, em 1909, a Cia. Paulista comprou a Fazenda Santa Gertrudes, do Major Mariano Augusto, e instalou o Horto de Rio Claro às margens da ferrovia e da malha urbana. Posteriormente, em 1916, duas glebas adjacentes foram anexadas: as Fazendas Cachoeirinha e Santo Antônio, então pertencentes à Baronesa de Piracicaba (DIRETORIA, 1960; DACANAL et al., 2002).

Transformado na sede do recém-criado Serviço Florestal da Cia. Paulista, o Horto de Rio Claro recebeu em 1916 a instalação do Museu do Eucalipto, criado para registrar estudos científicos sobre produção, industrialização e utilização econômica do eucalipto. Próximo ao Museu, Navarro implantou uma grande coleção com 123 espécies de eucaliptos, das 144 que

introduziu em São Paulo, além da instalação de trilhas que permitem aos visitantes a observação *in loco* do estabelecimento destas espécies.

Em 1936, Navarro havia implantado diversos hortos florestais pelo estado. Devido à introdução da eletrificação nas ferrovias, encerrou-se o uso de lenha para combustível das locomotivas, principal aproveitamento do material pela CPEF. Assim, o engenheiro brasileiro buscou, junto ao especialista alemão Maurice Hilpert, tecnologia estrangeira para preservação de madeira no uso como dormentes dos trilhos. Depois, a Cia. Paulista cedeu 5.000 m<sup>2</sup> em Rio Claro para montagem do pátio industrial da empresa Preservação de Madeira Ltda., hoje PREMA Tecnologia e Comercio Ltda., que tratou com exclusividade a madeira produzida pela Cia. Paulista até 1966 (HENRIQUES et al., 2015; PREMA, 2019).

Precursora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, a Faculdade de Filosofia – FAFI, iniciou suas atividades em áreas localizadas dentro do Horto, cedidas em 1966 pela Cia. Paulista. Na época, transferiu também a guarda, uso e responsabilidade de todo o acervo científico do Horto para a FAFI. Em 1971 foi criada a Ferrovia Paulista S/A. – FEPASA, pelo então governador do estado, Laudo Natel, por decreto que unificou o sistema ferroviário de São Paulo, incorporando as unidades florestais pertencentes às companhias paulistas (INSTITUTO FLORESTAL, 2005; MARTINI, 2008).

O Horto e o Museu do Eucalipto de Rio Claro receberam a primeira categoria de conservação, sendo tombados em 1977 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, pelo processo 428 de 1974 Tom.: Res. De 9/12/77 D.O.: 10/12/77, Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 4, p. 302, 9/4/1979. Após promulgação do Decreto Estadual nº 19.051, de 1982, Horto e Museu, passaram a ser considerados de utilidade pública (CONDEPHAAT, 1974; SÃO PAULO, 1982).

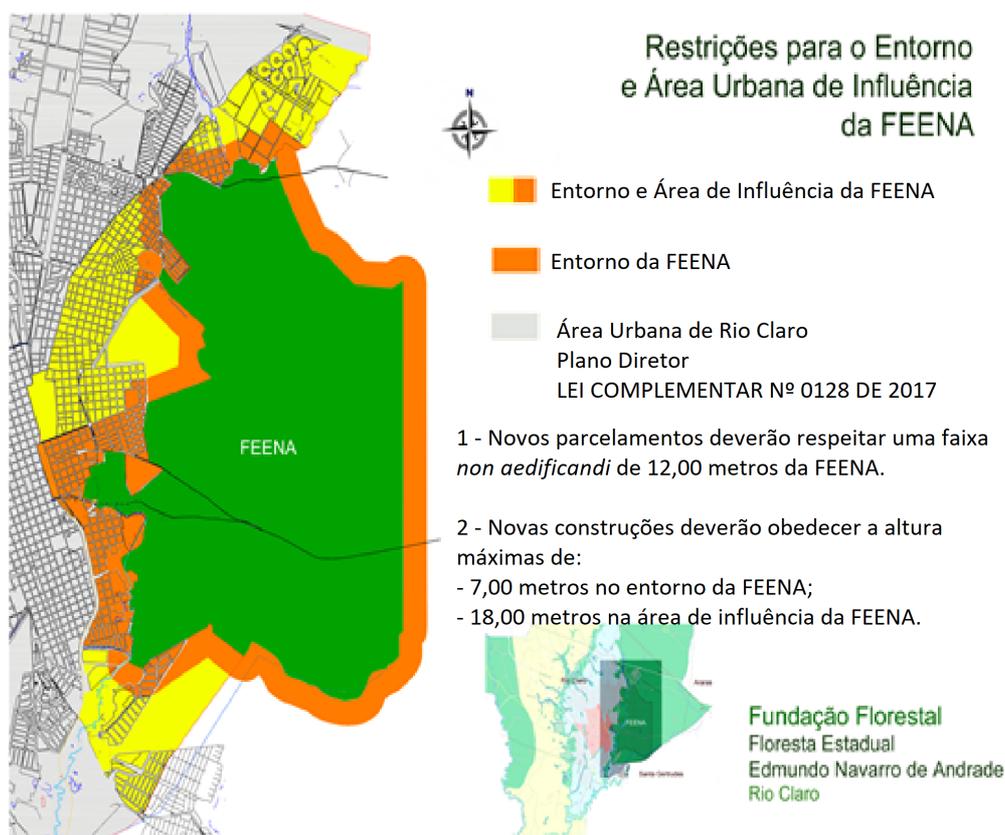
No ano de 1990, o Decreto Municipal nº 4150, de 19 de abril, assegurou a preservação de um sítio arqueológico dentro da FEENA. Esta área consiste em um aldeamento indígena e seu respectivo cemitério, com predominância de artefatos lítico lascado e lítico polido em superfície, expostos a céu aberto e em profundidade, cujo acervo de peças encontra-se no Laboratório de Arqueologia da UNESP. A datação do sítio é de categoria pré-colonial, sendo denominado como “Pitanga” (ARAUJO, 2001).

A FEPASA foi federalizada e incorporada à Rede Ferroviária Federal S. A., e, em 1998, esforços foram feitos para que a Secretaria do Meio Ambiente – SMA assumisse a administração do Horto. Esse fato ocorreu pela Resolução SMA nº 87 de 1998, que designou e autorizou o Instituto Florestal – IF à plena administração e guarda dos imóveis. Assim, pelo Decreto Estadual n.º 46.819 de 2002 efetivou-se a criação da FEENA, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável de 2.230,53 ha, conforme Lei Federal n.º 9.985 de 2000.

Posteriormente, o então governador, Claudio Lembo, assinou o Decreto Estadual nº 51.453 de 2006, que “Cria o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR” e transfere 92 áreas protegidas do IF, dentre elas a FEENA, para a Fundação Florestal – FF, ambos órgãos subordinados à SMA (BRASIL, 2000; SÃO PAULO, 2002; SÃO PAULO, 2006).

Atualmente a FEENA tem um perímetro de 27,2 km, dos quais cerca de 8 km fazem divisa com a área urbana de Rio Claro. O Horto original possuía 3.012,90 ha, que sofreram diversos processos de desapropriação ao longo dos anos, dando lugar a novos bairros. Em 2015, o CONDEPHAAT destinou uma área restrita no entorno da FEENA (Figura 1), por Resolução Secretaria da Cultura nº 44 de 2015, que “Dispõe sobre a redefinição da área envoltória do Horto Florestal e Museu Edmundo Navarro de Andrade, no município de Rio Claro, tombados pela Resolução SC de 09/12/1977” (SÃO PAULO, 2015).

**Figura 1.** Mapa das áreas envoltórias da FEENA.



Fonte: Fundação Florestal (2015).

A FEENA foi, então, palco do desenvolvimento de tecnologia para a produção florestal onde expandiram-se diversos usos da madeira do eucalipto, como lenha, dormentes, postes, serraria, papel, celulose, movelaria, construção civil e óleos essenciais. Detém hoje um diversificado acervo de espécies florestais, nativas e exóticas, especialmente do gênero *Eucalyptus*, implantado com fins experimentais e distribuído em coleções planejadas. Possui

ainda relevante conjunto de periódicos, livros, litografias, mobiliário, fotografias e documentos históricos. É também exemplo único de preservação dos ecossistemas do Cerrado e da Mata Atlântica associados à produção de floresta exótica, habitat de uma fauna diversificada e superabundante.

Assim, o presente artigo aborda a experiência de conservação, ressaltando o papel pioneiro do Horto na preservação das paisagens paulistas, com visitas a campo realizadas em 2019, consultas ao acervo técnico e científico realizadas em 2016, revisão bibliográfica, pesquisas na mídia impressa e digital; do mapeamento, descrição e da sistematização das informações disponíveis sobre este patrimônio cultural e natural em Rio Claro. Portanto, discutiremos aqui as características culturais, históricas, ecológicas e geográficas da FEENA pelos desdobramentos que determinaram a gestão do Horto nas últimas quatro décadas.

## **2. Caracterização do patrimônio**

### **2.1 Localização e fatores climáticos**

Situada nos municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, cerca de 173 km a noroeste da capital, São Paulo, nas coordenadas 22° 25' S e 47° 38' W. Inserida no compartimento de relevo denominado Depressão Periférica Paulista, localizado na bacia hidrográfica do rio Corumbataí, a qual possui como o principal afluente o Ribeirão Claro, corpo hídrico superficial que corta a Unidade de Conservação. A precipitação anual é de aproximadamente 1534 mm nos períodos chuvosos, de outubro a março; e, no período seco, de abril a setembro, a pluviosidade é cerca de 346 mm, 23% do registro total. A temperatura média anual é 20,6 °C. Insere-se na classificação Cwa de Köppen: mesotérmico com temperatura média do mês mais frio entre -3 °C e 18 °C e tropical de altitude, com inverno seco e temperatura média do mês mais quente superior a 22 °C (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

### **2.2 Plano de Manejo**

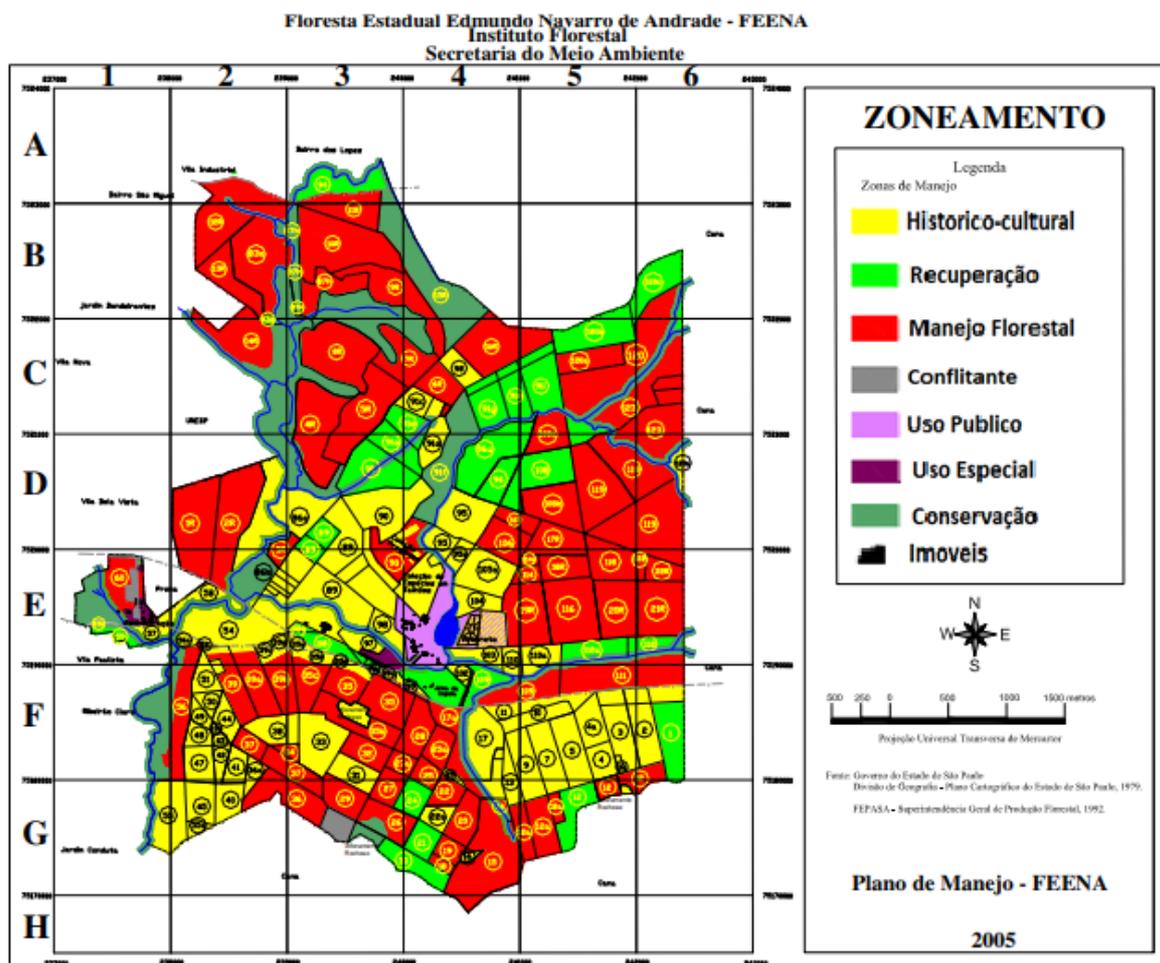
A FEENA foi organizada espacialmente em talhões (Figura 2) que, de acordo com usos e sistemas de proteção, foram classificados em sete diferentes zonas: 1. Histórico-cultural; 2. Recuperação; 3. Manejo Florestal; 4. Conflitante; 5. Uso Público; 6. Uso Especial; 7. Conservação. Cada uma possui diferentes regras para uso, que determinam suas funções, sejam elas sociais, administrativas, ecológicas, de manejo ou proteção diferenciadas (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

A maior parcela da unidade é destinada à Zona de Manejo Florestal, reservada para manejo dos recursos madeireiros e outros subprodutos florestais, de forma sustentável. Tais recursos devem ser explorados para obtenção de rendimento contínuo de estacas, lenha, dormentes, mourões, celulose e papel, carvão vegetal, partículas, chapas de fibras ou para fabricação de móveis e estruturas. Também são permitidas pesquisas científicas e

tecnológicas, assim como educação ambiental e interpretação de trilhas e talhões, realizadas de forma integrada à produção (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

Na Zona de Uso Conflitante estão inseridos empreendimentos de comunicação, como cabos de telecomunicações e torres; e o Clube dos Cavaleiros “Professor Victorino Machado” - implantados antes da criação da Unidade de Conservação. O objetivo é estabelecer procedimentos para minimizar os impactos dessas instalações. Na Zona de Uso Especial localiza-se o núcleo administrativo, a colônia dos funcionários e as ruínas dos galpões das antigas oficinas e da Olaria - está construída em meados da década de 1920 com três fornos, casa de força, caixa d’água e galpões (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

**Figura 2.** Mapa do Zoneamento da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.



Fonte: Adaptado de IF (2005)

A Zona de Recuperação é provisória e contém áreas alteradas que, após recuperadas, devem ser incorporadas em uma das zonas permanentes. A Zona de Conservação é composta por áreas marginais aos cursos d’água, objetivando a conservação, pesquisas, educação ambiental e recreação. Enquanto que, na Zona Histórico-Cultural, são encontradas amostras científicas, históricas, arqueológicas, culturais que devem ser conservadas,

promovendo pesquisa científica, educação e interpretação ambiental (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

Por fim, a Zona de Uso Público define o local onde está localizado o núcleo patrimonial principal - seu objetivo é facilitar a recreação, o lazer e a educação ambiental. Por conseguinte, sua infraestrutura é composta pelo Museu do Eucalipto, Centro de Visitantes, Solar Navarro de Andrade, Capela, Centro de Convivência, Auditório, Casarão Amarelo, Colônias, Bibliotecas Monteiro Lobato e Navarro de Andrade, Viveiro de mudas, jardins, bosques na entrada das trilhas, o Lago Central e demais áreas verdes (INSTITUTO FLORESTAL, 2005; JOINHAS, 2008).

### **2.3 Fatores Bióticos**

Os biomas nativos são o Cerrado e a Mata Atlântica, especificamente a Floresta Estacional Semidecidual, que foi substituída, a partir do século XVII, por cultivos agrícolas e posteriormente por reflorestamentos. Predomina-se o gênero *Eucalyptus* sobre todas as demais espécies, possuindo elevado e diversificado número de espécies, plantadas em intervalos de tempo irregulares. Outra característica marcante é a ocorrência de regeneração da vegetação em sub-bosque. Entre as espécies plantadas existe uma predominância de *E. citriodora* e *E. tereticornis*, respectivamente com 29,9% e 11,86% da área plantada total (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

A maior diversidade de espécies florestais exóticas está localizada nos talhões 89 e 90, compostos por coleções de espécies plantadas entre 1919 e 1976, com predomínio do gênero *Eucalyptus* (INSTITUTO FLORESTAL, 2005). No talhão 89, contíguo ao Museu do Eucalipto, foi implantada a coleção mais emblemática, intitulada Coleção de Eucaliptos. A coleção é constituída por 95 talhões e 110 linhas, com 123 espécies de procedência de sete países: Brasil, Austrália, EUA, Argentina, Argélia, África do Sul e Indonésia.

Na FEENA foram identificadas diferentes espécies da mastofauna, pertencentes à 15 famílias e seis ordens. Também foi constatada grande diversidade na avifauna e ictiofauna, com aproximadamente 255 espécies de aves, entre elas os gêneros: *Ramphastidaes*, *Falconidaes*, *Psittacidaes*, *Trochilidae* (CHAGAS, 1997; WILLIS, 2003).

## **3. A paisagem como bem tombado no estado de São Paulo**

O início da política de acautelamento da paisagem brasileira ocorreu por via do Decreto Lei nº 25 de 1937, o qual organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, criando a figura jurídica do tombamento e preconizando a preservação dos monumentos naturais, sítios e paisagens que possuam características ambientais nativas notáveis ou registros paisagísticos singulares, estruturalmente determinados pela ação humana. Em São Paulo, apenas em 1968 foi criado um órgão deliberativo habilitado a adotar

medidas para o tombamento de bens e patrimônios, pela Lei nº 10.247, de 22 de outubro, que dispõe sobre a competência e a organização do CONDEPHAAT (BRASIL, 1937; SÃO PAULO, 1968).

Criada durante o governo de Paulo Egydio Matos, em 1975, a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia – SCCT, era um dos nove representantes no início do colegiado do CONDEPHAAT, a saber: 1. SCCT; 2. Serviço de Museus Históricos; 3. Instituto dos Arquitetos do Brasil; 4. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; 5. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo - USP; 6. Departamento de História da USP; 7. Cúria Metropolitana de São Paulo; 8. Instituto Histórico e Geográfico - IHG de São Paulo; 9. IHG de Guarujá-Bertioga.

Reestruturado em 1976, o colegiado do CONDEPHAAT passa a dispor de representantes dos Departamentos de Geografia e de História da Arquitetura e Estética do Projeto da USP, assim como da Comissão de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (RODRIGUES, 2000; CRISPIM, 2016).

Representante do departamento de Geografia da USP, Aziz Ab'Saber, encaminhou ao CONDEPHAAT, em 1976, um documento intitulado “Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do Estado de São Paulo”. Tal proposta consistia primordialmente na realização do inventário das áreas de interesse a partir de três diretrizes de classificação: áreas críticas e ecologicamente estratégicas, áreas de exceção e paisagens de substituição. Assim, tais diretrizes demarcaram o início de uma política específica para a preservação das paisagens, naturais ou antrópicas, no estado. Devido à ausência de uma legislação ambiental, federal ou estadual capaz de proteger grandes áreas naturais, três anos depois foi criado um importante grupo de trabalho para a elaboração de um “Plano sistematizador de proteção dos recursos naturais Estado de São Paulo”, que visava estabelecer as diretrizes para a conceituação e fundamentação dos objetivos de preservação (CONDEPHAAT, 1982; CRISPIM, 2016).

Por esse grupo de trabalho foi elaborado o principal mecanismo institucional e sistema de conceituação para atuação técnica em processo de tombamento de áreas naturais no estado, conhecido por Ordem de Serviço nº 01 de 1982, intitulado “Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do Estado de São Paulo”. A preservação de paisagens foi instituída com a criação da Equipe de Áreas Naturais dentro do Serviço Técnico de Conservação e Restauro - STCR, núcleo de profissionais com ampla experiência em relação a áreas naturais, como geógrafos, biólogos e agrônomos (CRISPIM, 2016).

Em tal sistema de conceituação, a paisagem pode ser definida como a totalidade dos elementos naturais articulados num determinado contexto temporal e espacial que compõem

um ambiente, sendo um movimento dinâmico que pode gerar uma sucessão de paisagens, considerando-se ainda a ação antrópica. Por conseguinte, tanto as paisagens sem alterações humanas quanto as áreas nas quais houve ação antrópica constituem documentos vivos da evolução do ecossistema terrestre, o que as tornam documentos históricos-sociais que justificam o seu tombamento a partir de três eixos norteadores (CONDEPHAAT, 1982), que são:

- a) Paisagens naturais que se destacam não só pela vegetação nativa, pela fauna cujas espécies se acham em fase de extinção, como pelas características geomorfológicas, geológicas, pedológicas, hidrológicas e arqueológicas;
- b) Comunidades humanas que atuam em restritas porções do espaço por representarem padrões de articulação com o quadro natural;
- c) Paisagens de excepcional beleza que são de grande interesse ao desenvolvimento turístico (CONDEPHAAT, 1982, p. 3).

O plano demonstra a preocupação do colegiado com a preservação de biomas e a conservação de espécies em risco de extinção ao conceituar as diretrizes gerais do tombamento. Considera-se de interesse prioritário paisagens onde a vegetação seja primária ou esteja ameaçada, cujo habitat seja formado por espécies raras, de interesse científico, assim como mananciais que contribuam para a manutenção do equilíbrio ambiental, monumentos geológicos, feições pedológicas e geomorfológicas particulares, abarcando ainda exemplos de atividade antrópica que preservem o espaço territorial e as estruturas sociais, ou toda a passagem, antropizada ou não, que se caracterize pela expressividade e o interesse turístico (CONDEPHAAT, 1982).

Assim, diversos critérios técnicos foram elencados para se elaborar legislação específica relacionada à natureza jurídica da ocupação e da propriedade da terra, determinando que a indefinição dos limites da propriedade não deve ser empecilho para o processo de tombamento. Estipulou-se, então, a necessidade do início dos inventários do patrimônio cultural paisagístico do estado, com estudos a serem realizados por especialistas de cada área, estabelecendo-se, posteriormente, a delimitação e elaboração do plano de manejo de cada bem acautelado. Tais delimitações deveriam respeitar as estruturas econômicas e sociais vigentes, sendo flexíveis e prevendo zonas de uso heterogêneo ao firmar parcerias para fins de fiscalização, preservação e conscientização da comunidade local sobre a importância de preservação da área (CONDEPHATT, 1982).

Segundo Crispim (2016), não se pode confundir a paisagem com um recurso natural, sendo que a definição da primeira seria correspondente aos componentes articulados em um contexto espacial e temporal. Por outro lado, o segundo termo implica o aproveitamento econômico, passando a considerar o termo paisagem como o conjunto dos processos e

formas de arranjo dos componentes naturais, determinados, também, por interferência antrópica em diferentes intensidades, convencionalmente chamada de quadro natural.

#### **4. O processo Histórico de formação da FEENA**

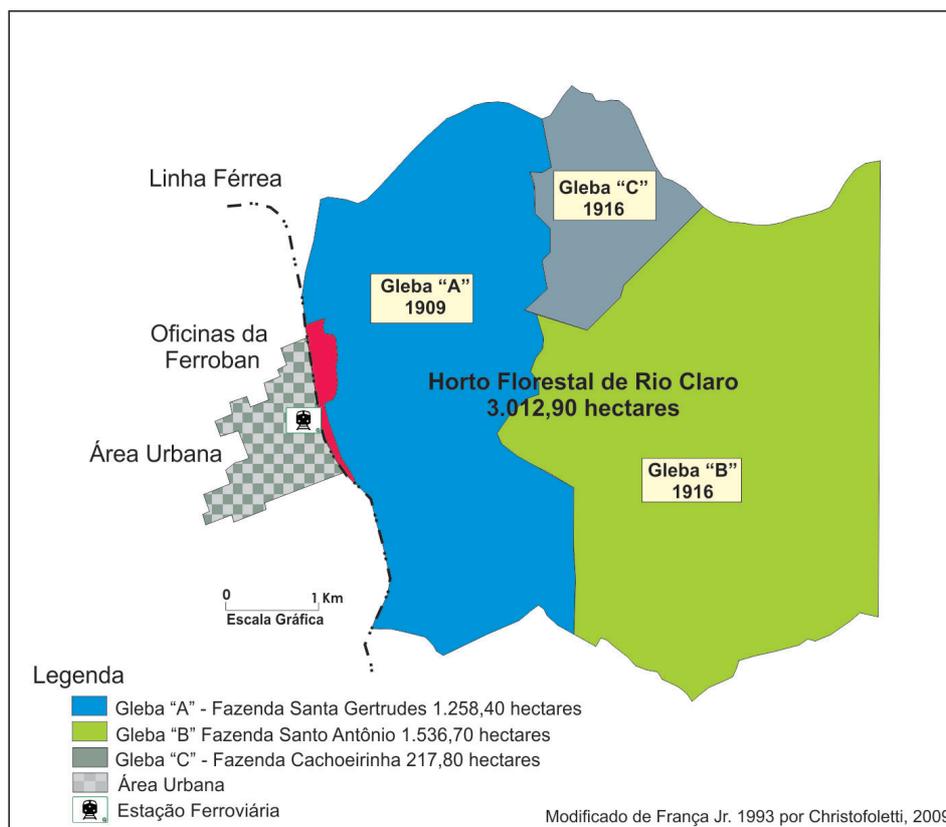
A formação da FEENA é determinada pela configuração do município de Rio Claro e o desenvolvimento das atividades ferroviárias da Cia. Paulista. O município foi originado a partir de um ponto de pouso para tropas que rumavam para o Oeste brasileiro. A ocupação foi acelerada pela descoberta de ouro no estado de Mato Grosso e esgotamento das reservas das gerais. Aqueles que optavam por rota alternativa ao Rio Tietê até a Bacia do Paraná seguiam, por terra, desde a cachoeira do Rio Piracicaba. O Ribeirão Claro transformou-se em ponto de parada das tropas de mulas que necessitavam de suprimentos, iniciando um pequeno comércio local que progrediu ao longo dos anos - o povoado passou a ser conhecido como a boca do Sertão (DEAN, 1977; BILAC, 2001).

A decadência da mineração e a transição da base da economia nacional para a agricultura de exportação, baseada no açúcar no início do século XIX, aumentou a concentração da exploração de sesmarias nas faixas de terra onde hoje se localiza Rio Claro, originando enormes fazendas. Havia influentes donos de terra ocupantes de cargos importantes na política do império, entre eles Antônio Paes de Barros, o 1º Barão de Piracicaba e um dos fundadores da cidade de Rio Claro. Barros, após sua primeira aquisição de terras pela compra de parte da Sesmaria dos Pereira em 1923, formou a Fazenda Santo Antônio (Figura 3), uma das que originariam a FEENA (DEAN, 1977).

Em 1854, São Batista do Rio Claro foi categorizada como Cidade e a partir de 1862 o açúcar cedeu espaço ao café, tendo o trabalho escravo sido substituído pela mão de obra imigrante (BILAC, 2001). A região foi, por um longo período, o último limite viável para o cultivo do café, por causa do transporte ao porto de Santos, em estradas que não podiam ser percorridas por veículos de rodas. O café do Oeste Paulista era, até então, transportado por mulas e levava 10 dias para chegar ao porto. Em 1865, a estrada de ferro foi inaugurada entre Santos e a Capital; em 1868 chegava a Jundiaí e a extensão até Rio Claro foi finalizada em 1878. A cidade substituiu os transportes primitivos diretamente pela ferrovia. A companhia iniciou, em 1882, o transporte gratuito de imigrantes, sendo que, daquele ano até dezembro de 1905, 570.024 imigrantes foram transportados (DIRECTORIA, 1909; Dean, 1977).

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro - CPEF abrangia o vasto planalto Paulista, aproximadamente dois terços do território do estado e 80 % da terra adaptável a cultura do café, principal produto agrícola na época (DIRECTORIA, 1900). Para a Diretoria da Cia. Paulista (1900) o século 19 pode ser chamado o século do vapor, enquanto que o século 20 seria o da eletricidade, sendo os custos do trabalho mecânico um dos elementos de maior importância na economia industrial.

. Figura 3. Mapa da formação da FEENA



**Fonte:** adaptado de França Jr. (1993) por Christofolletti (2009).

Imaginava-se então o grande desenvolvimento industrial de São Paulo atrelado à atividade agropecuária nessa região central do estado. Neste contexto, foram criados os Hortos Florestais do estado de São Paulo, cujos trabalhos técnicos visavam toda a parte de produção de mudas, melhoramento genético, produção florestal para diferentes usos da madeira, extensão e fomento técnico. Tais atividades técnicas, científicas e administrativas eram centralizadas no Horto de Rio Claro, sede do Serviço Florestal da Cia. Paulista.

#### 4. O processo de tombamento do Horto Florestal de Rio Claro

A construção de um olhar específico para a preservação das áreas naturais e a formulação de uma política de preservação das paisagens no estado de São Paulo iniciaram-se buscando superar o texto da Lei nº 10.247 de 1968. Assim, em um dos momentos mais significativos da história do CONDEPHAAT, a proposta de tombamento do Horto de Rio Claro foi encaminhada pelo conselheiro e professor Vinício Stein Campos, Diretor do Serviço de Museus Históricos e responsável pela instalação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, conforme a ATA 215, da sessão de 08 de maio de 1974 (HENRIQUES *et al.*, 2015; CRISPIM, 2016).

Deste modo, após encaminhamento do pedido de tombamento, o geógrafo Aziz Ab'saber emitiu parecer favorável em 20 de dezembro de 1976, descrevendo os pormenores da importância do tombamento do Horto Florestal:

Considero o pedido de tombamento do Horto Florestal e do Museu Edmundo Navarro de Andrade (Rio Claro – SP) de uma urgência muito grande. Trata-se de um dos mais importantes e históricos hortos vinculados a história da silvicultura nacional, existentes no Brasil. É além disso, um horto planejado com todo o rigor técnico-científico desejável, implantado no momento certo e com objetivos elevados, pela então Companhia de Estradas de Ferro (...) por se tratar de bens fundamentais – da história técnica, científica e cultural, do estado de São Paulo. Realizado o tombamento nesses termos, teremos tempo suficiente para bem planejar o uso das benfeitorias instaladas e constituídas, com vistas a utilização pública de alguns de seus setores e a preservação de outros, para uso de cientistas... (sic) (CONDEPHAAT, 1974, p. 88).

Conforme se pode depreender da ordem de serviço nº 01 de 1982, na política de preservação de paisagens naturais do estado, priorizavam-se as áreas ecologicamente estratégicas e críticas, prescrevendo em caráter secundário paisagens de beleza cênica ou monumentais e, em terceiro lugar, determinando a manutenção das paisagens de substituição, como arquitetura, parques e jardins (CRISPIM, 2016). São diretrizes que reforçam a importância estética e institucional da FEENA para São Paulo, justificada pela prioridade e a celeridade que se empregou no processo de análise deste tombamento.

Evidentemente, o tema suscitou inúmeras discussões e estudos detalhados, resultando em grande polêmica e culminando em protestos - principalmente do setor técnico da FEPASA - relativos ao futuro uso das áreas produtivas de eucaliptos, arrendamentos de pasto apícola e bovino, assim como exploração das jazidas minerais. Podemos observar no ofício encaminhado pelo então presidente da FEPASA, Walter Pedro Bodini, em 28 de fevereiro de 1977, e endereçado ao então Secretário Executivo do CONDEPHAAT, Ruy de Azevedo Marques, que Bodini argumenta sobre a preocupação geral com o tombamento da área, em função das atividades que ali eram desenvolvidas:

(...). Paralelamente, a FEPASA desenvolve atividades econômicas representadas pela exploração racional das plantações de eucaliptos com vistas a obtenção de dormentes (...) dos subprodutos representados por mourões, postes, madeiramento, e mesmo lenha provenientes da limpeza e desbaste de suas plantações. (...) mantém permanentemente contratos de arrendamento para a colocação de colmeias e gado nas plantações. Por outro lado, explora em caráter sistemático as jazidas de argila existentes no Horto, dispendo para tanto de uma cerâmica bem equipada e operada também mediante arrendamento. (...) essas atividades econômicas são essências a própria manutenção e conservação do Horto razão pela qual embora seja sensível e também comungue com os propósitos de preservação de um patrimônio tão valioso, a FEPASA não pode deixar de

manifestar sua preocupação quanto ao asseguramento da continuidade das mesmas. Apreciaria, pois, poder encontrar uma forma prática de encaminhar o correto equacionamento de uma solução para o problema que o TOMBAMENTO do Horto de Rio Claro representa para a FEPASA, quer mediante reuniões conjuntas de representantes dessa ferrovia com elementos desse conselho ou de outra forma que possa ocorrer (...). Face ao exposto, solicito a Vossa Senhoria que a decisão de tombamento seja sustada até que possam ser definidas, de comum acordo, a extensão e peculiaridades da medida (sic) (CONDEPHAAT, 1974, p. 95).

Posteriormente, apesar dos questionamentos evidenciados pelo ofício do presidente da FEPASA, o conselho aprovou o tombamento do Horto. Assim, o conselheiro Ab'Saber encaminhou o seu voto favorável, demonstrando preocupação com devastações extensivas e predatórias que ocorriam em todo o território nacional, expressando ainda angústia com a necessidade premente de que fossem reservadas áreas naturais (ou pouco alteradas) para o uso da coletividade com fins de lazer e turismo, como forma de compensação à pobreza regional predominante em áreas verdes assim organizadas. Deste modo, argumenta-se que:

O tombamento do Horto Florestal (...) enquadra-se no objetivo de resguardar uma das maiores áreas de experimentação no campo da silvicultura (...) de proteger uma área e uma série de bens patrimoniais de alto valor histórico, científico e técnico, com vistas à futura criação de um “Parque dos Eucaliptos” (...) com funções múltiplas (universitárias, científicas, técnicas e turísticas). Para a execução de tais objetivos (...) sugerimos a criação de um grupo de trabalho paralelo, com dois representantes da FEPASA (proprietária histórica da gleba), um representante do CONDEPHAAT, um representante da SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO, um representante da PREFEITURA DE RIO CLARO, um representante da SECRETARIA DE AGRICULTURA, e, um representante da UNESP – Rio Claro. Em qualquer hipótese, o pedido de tombamento, já aprovado, deveria ser encaminhado ao Senhor Secretário da Cultura, Ciências e Tecnologias (...) ao ser ratificado o tombamento, a FEPASA não mais teria liberdade para efetuar modificações estruturais na gleba, e nem tão pouco de continuar realizando aproveitamento econômico dos bosques, em área (...) não superior a 10% (...) reservada para a exploração racional de madeira, no interesse da FEPASA (sic) (CONDEPHAAT, 1974, p. 99).

Na passagem acima revela-se, portanto, que o processo de tombamento do Horto Florestal de Rio Claro foi administrativamente pioneiro, pois transcorreu antes e durante o planejamento dos tombamentos da paisagem no estado. Assim, pode-se observar pelo inventário dos bens acautelados pelo CONDEPHAAT o intuito de preservar tipologias da paisagem e do patrimônio natural como serras, morros e maciços, o que se tornou, posteriormente, uma prática recorrente do órgão paulista, considerando os 37 bens dessa natureza tombados entre 1970 e 2005. Nesses processos, a expressão “áreas naturais” foi o principal termo utilizado por conselheiros e técnicos, tornando-se um conceito fundamental

para compreensão de que a visão do conselho ia além das questões cênicas e de monumentalidade, pois neste novo contexto estaria representada a paisagem como patrimônio ambiental, considerando, como vinculados, valor cultural, geográfico e ecológico - um movimento pioneiro nas instituições de preservação do patrimônio cultural brasileiro (SCIFONI, 2006; CRISPIM, 2014; CRISPIM, 2016).

## **5. Elaboração do Plano de Manejo e Gestão da Unidade**

Após a aprovação do tombamento, a elaboração de um plano se tornou o objetivo prioritário para contemplar a gestão da área protegida, segundo os objetivos econômicos e administrativos da FEPASA. Finalizado em 1985, o Plano Básico de Manejo Florestal foi idealizado por representantes do CONDEPHAAT, da FEPASA, da UNESP, do Instituto de Pesquisas Florestais - IPEF e de entidades da sociedade civil. Tal documento foi posteriormente revisado em 2005, após a transformação do Horto em Unidade de Conservação e, desta maneira, o Plano de Manejo atual seguiu as diretrizes de 1985 com relação ao zoneamento florestal.

Em 1998 iniciou-se a gestão por parte da Secretaria do Meio Ambiente do estado. Após alguns anos de abandono causado pela falência da FEPASA, a Secretaria, por intermédio do Instituto Florestal, prometeu resgate do cuidado ao bem tombado. Porém, mesmo após a conclusão do Plano de Manejo em 2005 a situação se agravou: intensificou-se o corte de talhões na Zona de Manejo Florestal, além da extração de bambu, biomassa e lenha proveniente da limpeza de estradas. Porém, apesar do corte de diversos talhões, como por exemplo, os numerados como 5R, 6R, 9R, 10R, 28, 29, 35 (A, B, C, D), 91C e de contratos para a retirada de madeira em volume sem especificação de área, nenhum replantio foi efetuado e nenhum hectare foi reflorestado, agravando os problemas de invasão de áreas para pastejo e as ocorrências de incêndios nas glebas devastadas.

Essa situação acabou gerando diversas denúncias ao Ministério Público e o descontentamento da população local. Tal descontentamento culminou com a transferência da administração do Horto para a Fundação Florestal, outro órgão ligado à Secretaria do Meio Ambiente. Após a mudança houve um avanço na gestão dos imóveis: alguns sofreram intervenções e reforma, enquanto outros continuaram sem destinação, progredindo para situação de ruína.

A ausência de concursos públicos e contratos terceirizados resultaram em dificuldades, num cenário onde muitos funcionários obtiveram sua aposentadoria. Isso levou a Fundação Florestal a depender da Prefeitura Municipal de Rio Claro e outros parceiros para a manutenção dos jardins, intervenções nos imóveis e na infraestrutura básica. O atual estado geral de conservação contribui para a visão da sociedade local sobre a gestão da Floresta.

Não obstante a realização desses cortes sem replantio, nota-se que as constantes mudanças de gestores na Secretaria do Meio Ambiente ocorrem simultâneas à intenção de novos cortes. Temos como exemplo recente a proposta, encaminhada em 2016, que projetava corte de 100 hectares de eucaliptos, a qual acabou barrada pela mobilização do ministério público e da sociedade civil (G1, 2016).

Setores políticos da cidade conclamam pela municipalização da FEENA, o que gera grande preocupação pois apesar do número reduzido de funcionários, a Fundação Florestal possui profissionais qualificados e competentes para administração ambiental, enquanto a prefeitura municipal carece de quadros básicos no setor. Além disso, constantes mudanças nas políticas municipais podem desguarnecer a proteção do patrimônio. Tais motivos levam a crer que somente uma atuação conjunta entre as instituições pode garantir a salvaguarda do bem. Recentemente, a Secretaria do Meio Ambiente demonstrou interesse na concessão de parte dos imóveis (Figura 4), conforme sondagem de mercado ocorrida com empresários em 14 de agosto de 2019. Porém, forma e o método dessa concessão não estão definidos, e foram postergadas devido à situação de pandemia, o que traz preocupações quanto ao uso futuro dos imóveis e também à uma possível cobrança de ingressos para a entrada na área no futuro

**Figura 4.** Material publicitário que propõe sondagem de mercado na FEENA.

**SONDAGEM DE MERCADO NA FEENA**

A Fundação Florestal e a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade estarão promovendo a **1ª Reunião de Sondagem ao Mercado** com a intenção de obter contribuições para definir as unidades de negócio a serem delegadas a terceiros por meio dos procedimentos licitatórios necessários. A reunião acontece no dia 14 de agosto de 2019, das 9h30 às 13h no Solar Navarro de Andrade - FEENA.

**Programação**  
Café de boas-vindas | Apresentação dos potenciais de uso na FEENA | Roda de debate e perguntas | Visita técnica

A FEENA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável localizada no município de Rio Claro. Um de seus objetivos é oferecer atividades de visitação pública, recreação, educação ambiental e ecoturismo. A unidade tem 2.230,53 hectares e um acervo histórico e cultural de grande importância. Abriga o Museu do Eucalipto, difusor de experiências que é referência mundial na cultura do eucalipto, e conserva edifícios que foram sede das fazendas de café, adquiridas pela antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1977 todo o conjunto foi tombado pelo CONDEPHAAT e recebe, anualmente, mais de 40 mil visitantes.

<b>Objetivos das Permissões Pretendidas</b> Promover a melhoria da infraestrutura. Fomentar o ecoturismo. Promover o desenvolvimento socioambiental. Promover a educação ambiental.	<b>Objetivos da Sondagem ao Mercado</b> Interagir com diferentes setores regionais. Avaliar a viabilidade do projeto. Identificar as principais questões a serem levadas em consideração na etapa de modelagem.
---	--

Informações  
fundacaoflorestaldmi@gmail.com

FUNDAÇÃO FLORESTAL  
FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE

SÃO PAULO  
GOVERNO DO ESTADO

Fonte: Fundação Florestal (2019).

## 6. Conclusão

A FEENA consiste em uma paisagem cultural intencionalmente concebida e criada pelo homem, caracterizada pelo reflorestamento com eucalipto cultivado para suprir principalmente a demanda de madeira das ferrovias paulistas. Registra e simboliza um período áureo da economia paulista, tanto de forma material quanto imaterial, natural e científica, representando período de inovação tecnológica industrial e agrícola do século XX, diretamente ligado ao ciclo do café e ao aumento da malha ferroviária durante a expansão agrícola do estado de São Paulo.

Representa, em seu conjunto patrimonial, as relações políticas e de poder estabelecidas desde antes de sua criação, passando pela distribuição das terras pelo governo português e marginalização dos agricultores pré-existentes, a escravidão e a imigração dos colonos europeus. Retrata o histórico de desmatamento no Brasil, a conversão do solo para criação de gado e posterior alteração para cultivos agrícolas. Foi nesta paisagem que uma das maiores e mais importantes áreas experimentais de silvicultura da humanidade foi implantada - um conjunto paisagístico e tecnológico historicamente representativo de uma cultura ferroviária.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, por intermédio de Navarro, foi apontada como um dos principais vetores do processo de modernização da agricultura nacional da primeira república (1889-1930), decorrente do desenvolvimento, da implantação e do registro técnico-científico da silvicultura subtropical. Considerada a mais avançada do período, tornou-se referência mundial e ficou o Horto, sede do Serviço Florestal da Cia. Paulista, conhecido como o “berço do eucalipto”. Ademais, colocou em prática diversos projetos de produção e distribuição de milhões de mudas de eucalipto (ANDRADE, 1922; HENRIQUES *et al.*, 2015).

O reflorestamento da Cia. Paulista foi um dos maiores programas de fomento florestal da história mundial, sendo implantado pelo Serviço Florestal, que disponibilizava profissionais, técnicos e publicações especializadas, promovendo ainda aquisição de sementes e transferência de tecnologia para diversas fazendas particulares em todo o estado de São Paulo. Tornou-se modelo de inspiração para diversas regiões do Brasil, como, por exemplo, o Horto Florestal de Quixadá, entre o Ceará e cidade de Juazeiro, na Bahia; o Horto Florestal de Minas, em Belo Horizonte; e o Horto Florestal do Ministério da Agricultura, anexo ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ANDRADE, 1922).

Em São Paulo, a partir de 1904, com a implantação do Horto de Jundiaí, foram formados outros 18 Hortos, e a Cia. Paulista chegou a possuir área total de 24.365,07 ha e 24.016.500 pés de eucaliptos (DIRETORIA, 1960). Portanto, a atual FEENA é o mais significativo e último Horto ainda preservado da Cia. Paulista no estado de São Paulo, com acervo cultural, técnico, educacional e científico de relevância mundial. Além da importância

paisagística e arquitetônica, o valor biológico inestimável das coleções da FEENA é destacado, pela manutenção *ex situ* de bancos de germoplasma de espécies florestais de interesse econômico, e conservação *in situ* de espécies do Cerrado e da Mata Atlântica.

Essa diversidade florestal, da flora nativa e exótica, ocorre de forma intercalada em um conjunto singular, apresentando, além de bens de importância estética e histórica, fenômenos naturais inestimáveis, diversos elementos pedológicos e geomorfológicos significativos, localizados no compartimento de relevo do estado de São Paulo denominado Depressão Periférica Paulista, inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, sub-bacia do Ribeirão Claro.

Preserva, portanto, manancial urbano que é responsável por 40% do abastecimento de Rio Claro, cuja captação ocorre dentro da área de floresta. O conjunto desses mananciais formados por brejos, lagoas e córregos propicia reprodução, nidificação e sobrevivência de animais migratórios e regionais e dos biomas locais, Cerrado e Mata Atlântica (Floresta Estacional), que estão entre os mais ameaçados do planeta. Os sub-bosques das áreas de eucaliptos apresentam regeneração de espécies nativas com diferentes estágios sucessionais (CHAGAS, 1997; INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

Infelizmente, o tombamento não assegurou a preservação da floresta. Porém, tal processo foi fundamental em diversos momentos históricos, quando, por exemplo, após a privatização da FEPASA, houve a desagregação dos demais hortos pelo estado de São Paulo e grande parte dessas áreas e imóveis foram destinados para reforma agrária. O tombamento pelo CONDEPHAAT preservou quase integralmente o perímetro da FEENA, salvo algumas invasões. Uma delas foi capitaneada pela própria Prefeitura Municipal de Rio Claro durante a década de 1980, resultando no loteamento residencial “Oreste Armando Giovani”, até hoje não regularizado.

Por conseguinte, o processo de tombamento nunca assegurou a conservação adequada dos imóveis e muito menos o correto manejo florestal, protegendo somente alguns talhões históricos, que sequer receberam manutenção ao longo dos anos. É um fato que as más condições dos imóveis se agravaram e a questão florestal tem centralizado a preocupação da população de Rio Claro e dos frequentadores do local. As dificuldades da gestão florestal remontam à época da FEPASA, passam pela desativação do viveiro de mudas florestais e do péssimo desenvolvimento dos últimos plantios, realizados durante a época de declínio da FEPASA, em 1989. Hoje, classificados pelo plano de manejo como talhões “R”, eles não formaram árvores adequadas, o que propicia constantes incêndios.

A manutenção das principais coleções e jardins são notavelmente primárias, resumindo-se ao corte de grama, retirada de árvores mortas e podas ocasionais nos jardins que se localizam ao redor dos imóveis no núcleo patrimonial.

No outro núcleo de imóveis localiza-se o antigo prédio da administração, imóvel que mantém estilo colonial paulista, construído por volta de 1840, encontra-se em estado precário de conservação, atualmente interditado pela Defesa Civil e passa por reformas e escoramento das estruturas. O núcleo possui, também, alguns imóveis nas proximidades que tiveram demolição autorizada pelo CONDEPHAAT, incluindo uma das casas da colônia onde residem funcionários e uma das casas foi reformada para funcionar temporariamente como prédio administrativo.

O núcleo patrimonial possui três colônias, uma delas chamada colônia “nova”, que se encontra totalmente em ruínas - o CONDEPHAAT já autorizou desfazimento dessas casas. A colônia “do bambuzinho” possui moradores remanescentes e diversos imóveis em estado de ruínas, enquanto a “Vila da Colônia” possui imóveis em condições razoáveis de uso. O “Sobrado Amarelo” também se encontra em ruínas, assim como outras casas e galpões desse núcleo. O “Solar Navarro de Andrade” passou por reforma no início da década de 1990 e foi novamente reformado em 2020, recuperando-se telhado e calhas, porém ainda existem focos de cupim no madeiramento e comprometimento da pintura e da estrutura externa.

Já o acervo técnico e científico, como o Herbário, as bibliotecas “Navarro de Andrade”, “Monteiro Lobato” e o arquivo histórico, vêm sofrendo efeitos adversos, sendo que, em seu conjunto, encontram-se inestimáveis patrimônios iconográficos. A conservação do patrimônio documental é precária: as bibliotecas não dispõem de ambientes climatizados, apresentando sinais aparentes de mofo e umidade, sem sistematização de volumes e acessos, ambas fechadas ao público - mesmo visitas técnicas e científicas necessitam de prévia autorização e agendamento. Ademais, parte do material está inacessível devido às reformas ocorridas no prédio administrativo. Referente ao Herbário da FEENA, sua parcela mais importante foi entregue aos cuidados do Herbário da UNESP em Rio Claro, porém, o restante do acervo encontra-se danificado com a umidade e presença de pragas.

Por fim, apenas o Museu do Eucalipto encontra-se em condições mínimas de conservação e uso, tendo passado por reforma em 2016. A parte elétrica, dos postes aos sistemas distribuidores está totalmente comprometida e o núcleo patrimonial não possui estrutura de telefonia e internet. A iluminação é precária: o acesso sem iluminação e com asfaltamento comprometido. O núcleo, apesar de ter água tratada, não possui Estação de Tratamento de Esgoto, o que aumenta a preocupação com possível contaminação dos corpos d’água da unidade pelo despejo de esgoto *in natura*, resultado da intensificação da visitação posteriormente as concessões.

Desta maneira, avalia-se que, apesar da necessidade de concessões, elas devem ser planejadas posteriormente à adequação da infraestrutura básica, para que não incorram riscos à segurança dos frequentadores e do próprio patrimônio arquitetônico e ambiental. A

exploração florestal sem planejamento é um caso de insucesso na unidade e deve servir de exemplo para que esses erros não voltem a ocorrer na gestão das concessões de imóveis. Nesta primeira reunião (Figura 4) não foram apresentados estudos técnicos sobre a capacidade de suporte da Zona de Uso Público e não foi realizada uma pesquisa de mercado sobre qual é o interesse do público visitante. Espera-se que esses estudos pormenorizados sejam efetuados e embasem processos de concessão.

Não obstante as dificuldades elencadas relativas à gestão da floresta e as atuais condições do patrimônio, comprovou-se que a FEENA possui conceituação necessária para o tombamento da paisagem, definida pela ordem de serviço nº 01 de 1982, pois constitui um sistema ambiental dinâmico, gerado por uma sucessão de paisagens, no qual observa-se panorama onde a interferência antrópica clara e didaticamente se evidencia pela expressividade, raridade, estética singular e interesse turístico, agregando em seu conjunto diversas etapas significativas da história paulista, cujas contribuições são de suma importância para a compreensão do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Conclui-se que não existe política efetiva de conservação dos imóveis, do patrimônio natural e do acervo científico, assim como não existem parcerias ou convênios com o governo federal ou com os ministérios relacionados à cultura e conservação do patrimônio. Desta forma, processos de reforma e revitalização tornam-se dependentes de acordos de compensação ambiental, que ocorrem apenas esporadicamente.

Sendo a FEENA uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável gerida pelo governo do Estado de São Paulo, é necessário que medidas de proteção sejam tomadas para garantir uma perspectiva de gestão adequada ao patrimônio, visando a conservação e o manejo de seus bens materiais, naturais e científicos. Desta forma será possível assegurar a proteção da unidade, bem como segurança dos funcionários e da população que a frequenta, garantindo acesso gratuito ao conteúdo histórico e científico, ao turismo ecológico e ao meio ambiente equilibrado.

## Referências

ANDRADE, N. A. *O Reflorestamento do Brasil e a Companhia Paulista* (Memoria apresentada ao Congresso de Engenharia). 1. ed. Rio Claro, SP: Cia Paulista, 1922, 32 p.

\_\_\_\_\_. *O eucalipto* (Edição comemorativa da 2ª Conferência Mundial do Eucalipto). 2. ed. Jundiaí, SP: Cia Paulista, 1961, 667 p.

ARAUJO, A.G.M. Arqueologia da região de Rio Claro: uma síntese. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 11, p. 125-140, dez. 2001.

BILAC, M. B. B. *As Elites Políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. 1. ed. Piracicaba/Campinas: Unimep/Unicamp, 2001, 168 p.

BRASIL. Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União (DOU)*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937, seção 1, p. 24056.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União (DOU)*, Poder Executivo, Brasília, 19 jul. 2000, p. 1.

CHAGAS, F. *Inventário dos mamíferos não-voadores do Horto Florestal “Navarro de Andrade”*. 1997. Monografia de conclusão de curso (Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências/ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1997.

CHISTOFOLETTI, S. R. Cronologia dos 100 anos. 2009. In DAHER, C. S. et al. *Conhecendo a Floresta: 100 anos de existência*. Rio Claro: FEENA, 2009.

CONDEPHAAT. *Horto Florestal – Rio Claro* (Processo nº 428 de 1974). 168 f., 1974.

\_\_\_\_\_. *Subsídios para um plano sistematizador de paisagens para o estado de São Paulo* (Ordem de Serviço nº 01 de 1982). 6 f., 1982.

CRISPIM, F. B. *A paisagem como patrimônio cultural em São Paulo: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, Assis, p. 1-12, 2016.

\_\_\_\_\_. *Entre a Geografia e o Patrimônio, estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

DACANAL, C. et al. *A Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” um estudo de percepção ambiental e recursos paisagísticos*. 2002. Monografia de conclusão de disciplina (Percepção Ambiental e Recursos Paisagísticos) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2002.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 205 p.

DIRECTORIA DA COMPANHIA PAULISTA DE VIAS FERREAS E FLUVIAIS. Exposição à Assembleia Geral Ordinária: convocada para deliberar sobre o argumento do capital social. São Paulo, SP: Vardorner & C. 1900, 31 p.

\_\_\_\_\_. *Relatório nº 60*. São Paulo, SP: Typographia e Papelaria Vandorner & Cia, 1909, 178 p.

DIRETORIA DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO. *Relatório do ano de 1960* (nº 112). Jundiaí, SP: TIP. C. P., 1961, 90 p.

FRANÇA Jr., N. *Plano Diretor para o Horto Florestal “Navarro de Andrade” de Rio Claro*. 1993. Trabalho de graduação interdisciplinar – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, Santos, 1993.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Restrições para o Entorno e Área de Influência da FEENA* (material apresentado em reunião ordinária do Conselho Consultivo). 2015. 1 figura.

\_\_\_\_\_. *Sondagem de Mercado da FEENA* (material publicitário e institucional). 2019. 1 figura.

G1 São Carlos e Araraquara. *MP pede esclarecimentos ao estado sobre cortes de eucaliptos em Rio Claro*. Globo Comunicação e Participações S.A., 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/12/mp-pede-esclarecimentos-ao-estado-sobre-corte-de-eucaliptos-em-rio-claro.html>>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

HENRIQUES, A.B.; CAMPOS, M.T.A.; LUZ, M. J. H. M. (Orgs.). *Trilhos e Eucaliptos: A Ferrovia e a Floresta em Rio Claro/Arquivo Público e Histórico de Rio Claro*. Rio Claro, SP: Phábrica de Produções, 2015, 180 p.

INSTITUTO FLORESTAL. *Plano de Manejo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA*. São Paulo: Instituto Florestal - IF, CD ROOM, 2005.

JOINHAS, L. A. *A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições: entre a memória e o esquecimento*. 2008. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Geociências/Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

MARTINI, A. J. *Edmundo Navarro de Andrade: o plantador de eucaliptos e a questão da preservação florestal no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008, 378 p.

PREMA – Tintas Preservação de Madeira Ltda. *Sobre a PREMA*. Disponível em: <<http://www.prema.com.br/sobre-a-prema/>>. Acesso em 20 de mar de 2019.

RODRIGUES, M. *Imagens do Passado. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969 - 1987*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, 184 p.

SÃO PAULO. Decreto nº 10.247, de 22 de outubro de 1968. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 123 da Constituição Estadual e das outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP)*, Poder Executivo, 23 out. 1968, p. 2, n. 202.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.051, de 6 de julho de 1982. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no município e comarca de Rio Claro. *Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP)*, Poder Executivo, São Paulo, 6 jul. 1982, v. 92, n. 125.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 46.819, de 11 de junho de 2002. Transforma o Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade e todo seu acervo histórico, científico e cultural, localizado nos Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. *Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP)*, Poder Executivo, São Paulo, SP, 12 ago. 2002, v. 112, n. 109.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 51.453, de 29 de dezembro de 2006. Cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP)*, Poder Executivo, São Paulo, SP, 30 dez. 2006, v. 125, n. 103.

\_\_\_\_\_. Resolução Secretaria de Cultura n.º 44, de 03 de junho de 2015. Dispõe sobre a redefinição da área envoltória do Horto Florestal e Museu Edmundo Navarro de Andrade, tombados pela Resolução SC de 09-12-1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP)*, Poder Executivo, São Paulo, SP, 4 jun. 2015, v. 116, n. 247.

SCIFONI, S. *A Construção do Patrimônio Natural*. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WILLIS, E. O. Birds of a Eucalyptus Woodlot in interior São Paulo. *Brazilian Journal Biology*, v. 63, n. 1, p. 141- 158, fev. 2003.